

PAINEL III

O NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO E O PROGRAMA DE
PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO NORDESTE

COORDENAÇÃO DA MESA

Presidente:

José Botafogo Gonçalves – Ministro da Indústria, Comércio e Turismo

Expositores:

Ronaldo Sardenberg – Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência
da República

José Roberto Mendonça de Barros – Secretário Executivo da Câmara do
Comércio Exterior

Pedro Parente – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Luciano Coutinho – Professor da UNICAMP.

Mestre de cerimônia

Antecedendo a apresentação e exposição desse painel, o embaixador-ministro Sardenberg fará uma exposição sobre macrotendência internacional e como o Brasil irá se inserir nesse novo contexto.

Ronaldo Sardenberg

Muito obrigado. A Secretaria de Assuntos Estratégicos recebeu do Presidente, no início desse mandato, a incumbência de preparar cenários para o Brasil com relação ao futuro, e procurar encontrar linhas gerais que levassem ao desenvolvimento do País no prazo longo. Então, fixamos como horizonte temporal o ano de 2.020, que nos pareceu um prazo bastante razoável porque, embora pareça um ano longínquo, o fato é que as pessoas que liderarão e governarão o Brasil naquela época já nasceram todas elas. São pessoas que terão entre 40 e 60 anos e que, portanto, estão vivendo esse processo que nós estamos vivendo, de transformação do Brasil, de transformação da economia mundial e de mudança tecnológica.

Naquela época, em 95, e mesmo nos anos anteriores, a idéia de projeto era uma idéia que estava muito vinculada aos países do Sudeste Asiático; mesmo a China e o Japão tinham um projeto. Esses países, curiosa ou paradoxalmente, apesar de suas expectativas otimistas, na realidade hoje estão conhecendo – a China menos – uma crise de natureza econômica. É importante deixar claro que a idéia nossa, brasileira, se baseia em outra realidade. Ela se baseia no aproveitamento de dois desenvolvimentos muito importantes que ocorreram nesta década, que foram o estabelecimento e consolidação da democracia no Brasil e a estabilização econômica do País.

Naquela ocasião, quando começamos a pensar no assunto, tivemos a percepção de que democracia e estabilização, juntas, permitiam que houvesse uma maior capacidade de olhar para o futuro, para todo o mundo, em todos os níveis: nível pessoal, nível familiar, nível empresarial, nível nacional. Então, o que se abriu foi uma oportunidade de ouro, uma janela de oportunidades, como às vezes se diz, para que pudéssemos olhar para a frente, em vez de ficarmos preocupados em pagar as contas do fim do mês. Essa foi a base política para fazer esse exercício.

Naturalmente, algum tempo de nosso trabalho foi tomado na formação de uma equipe, o que conseguimos envolvendo consultores brasileiros e grande número de peritos e personalidades de todos os partidos e da academia, do empresariado e do governo, num total de cem personalidades, que participaram em dez seminários diferentes. Terminada essa fase, depois de termos trabalhado na parte metodológica e na parte substantiva, chegamos a certos esboços de cenário. Procuramos fazer cenários que fossem, numa primeira fase, cenários exploratórios, cenários alternativos. Vou mostrar três deles, muito rapidamente.

Agora, estamos entrando em uma nova fase, em que vamos buscar um cenário desejável ou desejado, um cenário normativo com relação ao futuro, que possa refletir, em termos genéricos, as aspirações que todos nós, no Brasil, temos, e buscar a formação de consenso.

Estamos muito felizes com o fato de que esse exercício que começamos vá encontrando eco e, de alguma maneira, vá sendo desdobrado em vários níveis, dentro e fora do governo. Por exemplo, esforços que estão sendo realizados pelo Ipea e pelo BNDES são muito compatíveis com o que estamos fazendo; e há, mesmo no nível técnico, um bom entendimento, embora o exercício que nós realizamos não seja de caráter tão marcadamente econométrico quanto é o exercício realizado por outras entidades.

Também certas universidades começam a nos procurar e começam a se interessar por esse tipo de trabalho. É o caso da Universidade Federal de Pernambuco, que está num processo de revisão de seus cursos e de suas pesquisas e chegou à conclusão, em comum acordo conosco, de que para realmente modernizar e atualizar seus cursos e pesquisas seria muito importante que a própria universidade tivesse uma visão do que vai ser o Nordeste, tivesse uma expectativa em relação ao Nordeste, o que constituiria informação para escolha de cursos e pesquisas apropriados.

Essencialmente, são três os cenários que nós esboçamos e que foram chamados Abatiapé, Baboré e Caaetê. Esses nomes são criação de "marketeiros". Poderíamos chamá-los cenários A, B e C, mas como essa designação já é muito usual, pareceriam algo já visto e não despertaria maior atenção.

É importante dizer também que esses cenários passam por um processo de revisão numerológica constante. Essa aí é a última revisão. É como se fosse, *mutatis mutandis*, a previsão do fenômeno *El Niño*, que é feita todos os dias (no nosso caso, a revisão não é diária), e o resultado final das previsões para o ano varia de acordo com as condições climáticas no dia em que a previsão é feita. A cada dia, portanto, o resultado final vai mudando ligeiramente. É um pouco a história da borboleta que balança as asas na África e provoca uma tempestade na Amazônia, a conhecida teoria do caos.

O primeiro dos três cenários é o Abatiapé, que diz respeito a uma potência econômica sólida e modernizada e tudo que daí decorre. Tem maior ênfase industrial, uma ênfase de alta tecnologia e ênfase menor na solução de problemas sociais. Aí há um problema específico, sobre o qual poderemos conversar longamente numa outra oportunidade. O problema é que, na medida em que selecionamos esses cenários, que são arbitrários, até certo ponto, nós vamos às vezes criando contraposições que nem mesmo nós queremos criar; por exemplo, entre a modernização por um lado e a justiça social por outro, quando há boas possibilidades de que modernização e justiça social caminhem juntas.

Nesse cenário, os números são muito altos com relação ao ano 2.020: PIB de US\$ 3.360 bilhões (1,5 vezes o PIB atual da Alemanha), renda *per capita* de US\$ 17 mil (comparável à da Itália, hoje), comércio exterior de US\$ 720 bilhões (comparável ao do Japão, hoje). O cenário projeta, também, pobreza da ordem de 7% da população, desemprego correspondendo a 6,5% da População Economicamente Ativa (PEA) e concentração espacial da produção no Sudeste.

Devo dizer que, em função do comportamento da economia mundial e do comportamento da economia brasileira, no último ano, esses números já são sensivelmente inferiores aos números com os quais começamos. É possível que com a recuperação da taxa de crescimento mundial e da brasileira, no ano que vem, por exemplo, os números subam novamente. Não temos compromisso com nenhum número, exceto quanto a tomar com realismo os dados relativos à base de partida.

O segundo cenário, que é o cenário Baboré, é bastante diferente do primeiro, embora ainda mostre números razoavelmente altos: PIB de US\$ 2.330 bilhões (comparável ao PIB da Alemanha, hoje), renda *per capita* de US\$ 11.800

(situada entre a da Espanha e a de Portugal, hoje), comércio exterior de US\$ 400 bilhões (comparável ao do Canadá, hoje). Esse cenário prevê redução da concentração espacial da produção e redução dos desequilíbrios sociais, com pobreza da ordem de 4% da população e desemprego em torno de 5% da PEA.

O terceiro é um cenário catastrófico, que serve para dar uma medida de realismo aos outros dois cenários; é um cenário de estagnação interna e de estagnação da economia mundial, de maneira que nós não fiquemos pensando exclusivamente em números altíssimos. Neste cenário, o PIB seria de US\$ 1.170 bilhões (metade do PIB da Alemanha, hoje), a renda *per capita* seria de US\$ 5.930 (pouco maior que a do Chile, hoje), comércio exterior de US\$ 190 bilhões (comparável com o da Espanha, hoje), pobreza alcançando 14% da população e desemprego chegando a 8% da PEA.

Os três cenários estão sintetizados no quadro a seguir, que dá uma boa idéia do arco de possibilidades existentes. A primeira coluna diz respeito ao ano de 97 e as outras três colunas referem-se aos cenários, cada uma delas com certos dados selecionados: produto interno bruto, produto *per capita*, comércio exterior e taxas de desenvolvimento.

INDICADOR	CENA DE PARTIDA (1997)	ABATIAPE (2020)	BABORÉ (2020)	CAAETÊ (2020)
PIB				
US bilhões de 97	803	3.360	2.330	1.170
PIB <i>per capita</i>				
US\$ bi 97/hab	5.060	17.050	11.800	5.930
COMÉRCIO EXTERIOR				
US\$ bi 97	114	720	400	190
Taxa média anual de crescimento do PIB (1997-2020) (%)	-	6,4	4,7	1,6

Se olharmos, na última linha, as taxas de desenvolvimento, vamos ver que a mais otimista é 6,4%, a intermediária é 4,7% e a última é uma taxa realmente catastrófica, de 1,6%. Esses dois primeiros números não são inteiramente arbitrários. O Banco Mundial, por exemplo, que é uma entidade bastante

conservadora, como nós sabemos, apontou para o Brasil, em relatório publicado em setembro do ano passado (no momento em que se desencadeava a crise, é verdade), um número em torno de 4,3%, o que significa que o número de 4,7% não chega a ser exagerado. E há relatórios bastante mais otimistas; por exemplo, esse relatório McKinsey imagina que, a partir de certas mudanças apenas na gestão econômica e microeconômica, poderíamos muito rapidamente chegar a 8,5%, que é um número substancialmente mais alto que estes 6,4%. De maneira que eu acho que, dadas as condições atuais, esses são números interessantes. Mas são, como disse antes, cenários meramente exploratórios, meramente alternativos; ainda não correspondem ao cenário que nós desejaríamos.

Como é que poderíamos chegar a um cenário que desejaríamos? Estamos começando um esforço para ouvir mais atores com relação a isso. Na primeira fase, como disse, ouvimos cerca de 100 especialistas; agora, estamos ouvindo 50 entidades, não mais em grupo de trabalho ou seminários, mas em entrevistas pessoais; e estamos ouvindo mais 250 entidades, via correio eletrônico ou correio comum, de maneira a recolher uma percepção um pouco mais firme das coisas. Devo dizer, novamente, que essas entidades são muito variadas: desde as confederações do patronato até as confederações sindicais, personalidades etc.

Convém salientar que estamos recebendo uma cooperação muito boa, muito aberta, de maneira geral. Há uma pronunciada boa vontade dessas personalidades em realizar vídeos com pequenas entrevistas, algumas estão até mesmo se voluntariando para isso, de maneira que esse tipo de debate possa ser ampliado; e nós vamos continuar a ampliá-lo. Pretendemos realizar aqui no Nordeste, no mês de setembro, uma conferência regional sobre o tema; e realizar no mês de novembro uma conferência nacional, de maneira a ampliar ainda mais essas faixas de consulta. Nossa expectativa é que, entre setembro e novembro, teríamos condições de produzir um esboço do que poderia ser um cenário desejado, um cenário que tivesse viabilidade política.

Um dos aspectos interessantes desse trabalho é que é um trabalho amplo, que supõe, por exemplo, que realizemos cenários também para o mundo. Geralmente, no Brasil, a tendência é tomar o mundo como dado; tendemos a importar os cenários. Acho que pela primeira vez estamos procurando produzir cenários nossos com relação ao desenvolvimento mundial, econômico e estratégico; e também vamos descobrindo ou redescobrimos certas coisas importantes. Penso que apesar de tudo o que se fala sobre globalização, está

começando a se formar uma opinião forte de que nós temos que dar muita ênfase às diferentes regiões dentro do País, tendo em vista que elas são muito diferentes entre si.

Com relação ao Nordeste, entendemos que o que temos feito até agora não é suficiente; e isso nos preocupa. A percepção central que temos do Nordeste é o fato de que ele é o quarto país da América Latina, se for tomado isoladamente, em termos de área, em termos de renda; em termos de população é o terceiro até, como podemos ver no quadro adiante. Esse dado que aí está, de produto interno, da ordem de US\$ 100 bilhões, eu imagino que é um dado subestimado, até certo ponto. Hoje, já se pensa que está por volta de US\$ 120 bilhões, o que mostra o tamanho do desafio que nós temos.

PAÍS	PIB (US\$ bilhões)	POPULAÇÃO (milhões de hab)	ÁREA (Km)
BRASIL	770	160	8.550
MÉXICO	415	95	1.970
ARGENTINA	320	35	2.780
R. NORDESTE	100	45	1.560
COLÔMBIA	95	40	1.140
VENEZUELA	91	22	910

FONTE: *Economist Intelligence Unit Limited* – 1998

Valores de 1997

Região Nordeste estimada como 13% do PIB nacional

Enquanto o cenário A, por exemplo, indica que temos um tremendo desafio nacional; ou seja, se crescermos a uma taxa de 6,5%, acabaríamos o processo no ano de 2020, por assim dizer, como a sétima economia mundial (teríamos passado apenas da oitava para a sétima economia mundial), este cenário mostra que nós não podemos considerar a questão do Nordeste do Brasil com muita modéstia, porque realmente o impacto do Nordeste dentro da região latino-americana é muito maior do que nós estamos acostumados a considerar, tanto aqui no Nordeste quanto no Brasil de maneira geral. De modo que nossa expectativa é que haja um crescente interesse por esse tipo de trabalho aqui. Devo dizer que tanto o Banco quanto a Sudene estão envolvidos nisso e há, inclusive, um trabalho muito interessante de cenário sobre o Nordeste, que foi feito por volta de 1992, quando houve aqui em Fortaleza aquela conferência sobre regiões

semi-áridas. É um trabalho feito por alguns professores universitários e é um bom primeiro tiro; tem cenários para o ano 2000 e para o ano 2020. Nosso plano é começar checando os cenários que eles fizeram com relação ao ano 2000, para ver se eles acertaram ou não; naturalmente, quando chegar o ano 2020, nós seremos avaliados por aqueles que nos sucederam.

Então, as próximas etapas são essas: continuação desse trabalho de entrevistas, de consultas via correio eletrônico, de entrevistas a outras personalidades, inquérito de opinião pública – nós estamos começando a incluir nos inquéritos gerais de opinião pública perguntas sobre quais são as principais preocupações das pessoas, e atualmente as principais preocupações são educação, saúde e emprego – e vamos fazer essa conferência sobre o Nordeste, seguida de uma conferência de caráter nacional. Acho que era isso o que eu queria comentar nesse momento.

Botafogo Gonçalves

Considero muito feliz a inclusão, neste painel, da apresentação do embaixador Sardemberg sobre esses três cenários, pois essas idéias se colocam muito bem como pano de fundo para nosso tema específico, que trata do novo modelo de desenvolvimento econômico e a capacidade de inserir o Nordeste como um protagonista muito mais efetivo do que hoje é no componente de exportação.

Todos nós sabemos que esses cenários nos são extremamente úteis, sobretudo com relação aos cenários catastróficos, na medida em que nós temos capacidade de agir para que eles não se materializem. A vantagem das previsões é, sobretudo, o esforço que fazemos para que elas não se materializem; e não para que se materializem, pois neste caso não haveria nem necessidade de fazê-las; bastava simplesmente deixar o barco correr.

Com relação a esses três cenários, acredito que há condições, não só no nível nacional mas também no nível de Nordeste, de caminharmos para o cenário Abatiapé, sem nenhum ufanismo, sem nenhuma pretensão exagerada, porque ainda há extraordinários elementos para melhor utilização dos recursos existentes ou dos recursos a serem liberalizados nessa reestruturação da estrutura produtiva brasileira. E assim, mesmo com alguns constrangimentos que certamente ocorrerão, de ordem externa, portanto, fora do controle das autoridades brasileiras, possamos nos aproximar desse cenário e, certamente, com condições internacionais mais favoráveis, até superá-los.

Nesse contexto, e para não me prolongar mais, dada a qualidade dos painelistas aqui presentes, que terão muito mais a dizer do que eu próprio, na qualidade de ministro, vou dar a palavra ao primeiro expositor.

Antes porém, aproveito a oportunidade para lhes anunciar que, entre as diversas atribuições do Ministério da Indústria e Comércio, estamos num programa extremamente dinâmico e intenso de modernização do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que tem um programa específico para o Nordeste, de criação e modernização de delegacias, postos avançados em convênio com o INMETRO. Espero que, com o passar desses dias aqui, tenhamos condições de agir mais sinergicamente com o Banco do Nordeste e com

as autoridades estaduais, porque a principal base da representação no INPI no Nordeste será aqui na cidade de Fortaleza.

Eu queria apenas anunciar a presença nesse auditório do Dr. Renato Bastos, que é o diretor administrativo do INPI, e dizer que ele está inteiramente à disposição dos senhores que tenham interesse na movimentação de marcas, patentes, transferência de tecnologia; os senhores poderão depois procurá-lo para obter esclarecimentos adicionais com relação a esse processo de modernização do INPI, que virá sinergicamente, na sua área específica, contribuir para dar maior capacidade exportadora às empresas do Nordeste.

Com isso, dou a palavra ao Dr. José Roberto Mendonça de Barros, Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior.

Mendonça de Barros

Boa tarde a todos. Antes de mais nada, quero registrar o prazer de estar aqui nesta tarde e agradecer ao Byron e ao Banco do Nordeste a generosa recepção. Vou focar especificamente na área de comércio exterior e gostaria de começar fazendo duas proposições bem gerais e relativamente simples. A primeira proposição é que a elevação das exportações, a velocidade maior do que no passado recente é um elemento indispensável, é uma condição necessária, embora não suficiente, para a passagem para uma fase de crescimento sustentável, que é para onde eu acho que estamos indo. Esta é a razão pela qual se estabeleceu a meta mobilizadora de US\$ 100 bilhões de exportações do Brasil em 2002.

A razão dessa meta é clara: naturalmente, com o crescimento maior, as importações continuarão crescendo a taxas relativamente elevadas. Embora deva ser registrado que é provável que o chamado coeficiente de importações, isto é, a relação de importações sobre PIB vá convergir, vá se estabilizar nos próximos anos num número não muito maior do que aquele verificado hoje, o simples efeito renda, quer dizer, a retomada do crescimento implica em crescimento de importações. Essa é a razão pela qual é indispensável que as exportações cresçam bastante aceleradamente.

A segunda proposição com relação a importações é que nós ainda estamos numa fase de transformações, na qual um objetivo importante da política econômica com relação às importações é ampliar, criar maiores condições isonômicas entre as importações e a produção doméstica. Particularmente, isto significa, nas condições de hoje: reduzir as desvantagens tributárias, através de uma reforma da produção doméstica, *vis-à-vis* as importações; segundo, lidar com maior amplitude com as chamadas práticas desleais de comércio, dumping e outras coisas; terceiro, dentro dessas práticas, lidar com aquilo que foi batizado, de uma forma feliz, de "importabando", isto é, condições de importações onde os preços de importação não refletem de fato os preços de mercado, gerando por consequência, especialmente quando se adicionam os impostos domésticos, uma maior competitividade das importações com relação à produção doméstica, tudo mais igual. Isso se faz com a chamada valorização aduaneira; e, finalmente, uma redução importante nas taxas de juros domésticos, nas taxas de financiamento, que reduzam a vantagem que as importações gozaram no período recente com relação à produção doméstica. Essas são as duas proposições mais gerais com relação especificamente ao setor comercial externo – exportações e importações.

A pergunta seguinte, que é a pergunta-chave, seria portanto: qual a viabilidade do atingimento em 2002 desta meta de US\$ 100 bilhões, meta reconhecidamente ousada para o Brasil como um todo, e qual a participação das diversas regiões com relação a isso? Vou tentar submeter a vocês a consideração de que a mim esta meta parece viável. É uma meta ousada, é uma meta difícil, mas é uma meta bastante viável. Por que isso? Em primeiro lugar – e isso de certa forma é o tema da própria mesa, do próprio seminário –, é preciso ter presente que a economia brasileira está sendo submetida a uma forte transformação, que decorre, ao meu juízo, de cinco processos simultâneos que estamos vivendo no Brasil, nos últimos anos.

Esses processos são, primeiro, a abertura econômica, a redução das barreiras e o aumento da competição doméstica; segundo, os efeitos da chamada globalização em cima de uma economia que se está abrindo; terceiro, os efeitos da estabilização econômica, que nós sabemos que são, muitas vezes, muito mais profundos, variados e de difícil compreensão do que se supunha anteriormente; em quarto lugar, um intenso processo de privatização que está alterando as condições de regulação, de investimento, de funcionamento de uma série de

mercados em relação à nossa experiência histórica; e, finalmente, em quinto lugar uma profunda mudança na geografia econômica do Brasil.

Essa geografia econômica está mudando por duas razões ou dois eixos, se quiserem: tem um eixo interno e um eixo externo. O eixo externo, evidentemente, é a integração latino-americana. Nós estamos vivendo um processo absolutamente inusitado do ponto de vista da história do Brasil, que hoje é uma coisa muito maior do que o Mercosul; é a experiência de integração de um país que até então, como dizia o historiador, apenas vivia olhando para o mar. E tem uma razão doméstica nesta reestruturação geográfica, e esta é muito positiva: é que o novo investimento, tanto na indústria como nas outras atividades, está deixando de ser concentrado no eixo Rio-São Paulo e passa a se descentralizar na direção de várias regiões, inclusive a região Nordeste, abrindo oportunidades que não existiam antes.

Esses cinco processos ocorrem simultaneamente e é na base deles, é a partir deles que existe uma forte reestruturação produtiva em curso e, em particular, uma reestruturação que se dá conjuntamente com a elevação dos investimentos. Eu acho que nós já deixamos para trás, há dois ou três anos, a discussão se existiria ou não uma elevação na taxa de investimentos no Brasil; a meu ver, é inequívoco que isto está acontecendo. A taxa de investimentos no Brasil, da forma como é normalmente medida, é claramente subestimada, não porque esteja errada a metodologia, mas no sentido de que há um novo paradigma de produção diferente da situação de partida do País; a participação do *software* (falo no sentido *lato sensu*) é enorme em relação ao *hardware*. É aquilo que está medido na faixa de investimento fora da versão de estoques, como as novas construções e aquisições de máquinas. Como tem sido extremamente importante todo esse investimento em *software lato sensu*, claramente os investimentos são na realidade maiores do que se possa imaginar. De qualquer forma, é inequívoco que essa reestruturação produtiva está implicando também ou está ocorrendo juntamente com uma forte elevação dos investimentos.

Ora, a elevação dos investimentos aumenta a produtividade; a desindexação no mercado de trabalho e o deslocamento da banda cambial, junto com esse aumento da produtividade, estão a implicar numa recuperação do poder competitivo da produção doméstica, tanto no mercado interno em relação às importações quanto no mercado externo, competindo com terceiros países. Isto é

obviamente favorável do ponto de vista do atendimento da meta que nós estamos falando.

Outro ponto que me parece importante, que é característica da economia brasileira, é a diversificação: nós exportamos muitos produtos para muitos mercados. É fácil verificar a importância disso quando, num mundo pós crise asiática, nós comparamos na América Latina o desempenho das exportações do Brasil com o de países como, por exemplo, o Chile, a Venezuela ou o México, onde a dependência de poucos produtos eventualmente faz com que a internalização desse choque que vem de fora se faça em condições muito mais difíceis do que aquela que está acontecendo do ponto de vista do setor externo brasileiro, especialmente.

Um ponto adicional ligado a esse processo, que me parece importante, é que no passado a nossa experiência mostra que as exportações só eram buscadas quando o mercado doméstico estava fraco; quando o mercado doméstico se recuperava, as exportações voltavam a cair. E um dos nossos objetivos é que esse processo seja substituído por outro no qual as exportações ocorram naturalmente.

Existe um fator decorrente da abertura que torna mais factível o atingimento da meta, qual seja o de que, com a abertura e competição, as taxas de rentabilidade e de lucratividade no mercado doméstico começam a ficar mais próximas daquelas do mercado internacional, ao contrário de um período de economia fechada, na época de substituição de importações, quando as barreiras alfandegárias eram tais que determinavam uma taxa de lucratividade no mercado doméstico tão maior do que a taxa de lucratividade associada à exportações (exceto para poucas linhas de exportações tradicionais), que resultava nesse comportamento: em condições normais de temperatura e pressão, vende-se no mercado interno; apenas em condições de crise é que se volta para a exportação. A proximidade dessas duas taxas, que essencialmente refletiu uma queda da taxa de rentabilidade nas operações no mercado interno, porque temos maior competição, torna mais viável as exportações.

Um outro fator de extrema importância nesse processo é o fato de que as empresas brasileiras estão cada vez mais se transformando na direção do que foi chamado de um novo paradigma de produção. O novo paradigma produtivo foi descrito de diversas formas, mas a forma mais singela de fazê-lo sem perda de

profundidade e qualidade é dizer o seguinte: o sistema produtivo hoje está organizado em torno de três grandes eixos. Primeiro eixo: a posição estratégica de cada empresa no mercado, agora, é determinada pela diferenciação do produto, pela capacidade de prestação de serviços e pelo foco no cliente – o que se distingue do chamado “fordismo”, na medida que até então o objetivo era vender coisas homogêneas ao menor preço possível. Hoje, não. Os consumidores estão dispostos a pagar mais, desde que o produto seja diferenciado, os serviços sejam agregados e que ele, o cliente, seja foco de fato da atenção das empresas. Nós discutimos, a propósito do próprio Banco do Nordeste, exatamente, quão importante está sendo essa nova fase do Banco, exatamente nessa perspectiva.

Segunda característica do paradigma de produção é a chamada produção leve. Trabalhar com o menor número de estoques possíveis, trabalhar com sistemas bastante leves, nos quais a subcontratação, a terceirização, o *just in time*, técnicas de estatísticas de controle de processo etc. traduzem uma produção leve, com pouco desperdício e, portanto, com custos baixos.

E, finalmente, a última característica desse paradigma de produção é a idéia de cadeias produtivas. As relações de conflito dentro da cadeia produtiva são substituídas por relação de cooperação, na medida em que a própria terceirização, o próprio desenvolvimento tecnológico de processos e de produtos envolve trabalhos conjuntos com fornecedores. No caso do Brasil, isso é muito mais forte, exatamente por causa da queda da inflação. Num período de inflação alta, cada segmento, cada elo da cadeia produtiva ganha se espremer a margem do seu fornecedor ou se vender o mais caro possível para aquele a quem fornece. Nesse novo paradigma, as relações de cooperação dentro da cadeia produtiva são fundamentais; parte porque o foco é o cliente, parte porque a produção leve assim o exige.

Por conta disso, aparece um assunto que era de engenheiros e passa a ser um aspecto fundamental de administração, que é a função logística; para que funcione esse sistema, a logística passa a ser cada vez mais fundamental. É nessa direção que não só os investimentos, mas a reestruturação do sistema produtivo brasileiro está caminhando. E ela já avançou o suficiente para que possamos dizer que as empresas brasileiras, em geral, estão melhores na qualidade, estão melhores na gestão, têm um corpo funcional de muito melhor qualidade, são melhores nos métodos de produção, são melhores nos produtos que produzem e

são melhores na logística. Claro que em todos esses aspectos temos um bocado a avançar, mas quando comparado com cinco, seis, sete, oito anos atrás, a média do sistema produtivo brasileiro avançou de uma forma extraordinária nessa direção; e é por isso, também, que a meta de exportações é viável.

Como consequência dessas mudanças todas, está começando a surgir – e isso é fundamental do ponto de vista dos segmentos, das regiões e das empresas – a percepção de que as exportações devem fazer parte natural, normal, permanente, da estratégia de cada empresa. Não é mais uma coisa eventual, como disse há instantes, mas é fundamental que as exportações façam parte daquilo que é o planejamento estratégico das empresas. Por que? Porque se exportam os mesmos produtos que se produzem para o mercado interno, a escala é importante, o conhecimento é fundamental, a posição de mercado melhora quando isto se faz.

Eu queria chamar a atenção e abrir um parêntese para uma coisa que me parece um equívoco cometido com frequência, que diz mais ou menos o seguinte: "olha, os investimentos no Brasil são feitos basicamente por conta do mercado interno; logo, eles não melhoram a balança comercial". Eu discordo dessa proposição por duas razões. A primeira, naturalmente, é que quando as empresas são mais competentes em termos domésticos, substituem importações, competem melhor com importações; e eu falo substituição de importações nesse novo sentido que está aqui colocado. A segunda é exatamente essa lógica dessa nova forma de organizar a produção; o fato de que a estrutura produtiva é mais parecida com aquela do exterior faz com que, ainda que o investimento tenha sido motivado essencialmente pelo potencial do mercado interno (o que é verdade), haja naturalmente um extravasamento da produção doméstica para as exportações. É por isso que nós exportamos hoje telefones celulares, algo que sequer produzíamos há quatro anos.

Há outra característica que acho muito importante para o País como um todo e para as empresas, que não existia há 20 anos, que é exatamente a integração econômica. A América Latina, o Mercosul – existem pesquisas que mostram isso – é o vestibular, é a porta de entrada do novo exportador. É por aí que ele começa. Claro. É mais próximo. A cultura é melhor. A alimentação é parecida. A língua é mais fácil de ser entendida – pelo menos todo brasileiro acha que entende e é capaz de falar espanhol, embora isso seja menos verdade. Mas quem já tentou se colocar no mercado externo sabe que é muito mais fácil

começar a exportar pela Argentina ou Chile do que pela Bulgária ou pela Malásia; e essa facilidade não existia há vinte anos.

E, finalmente, uma coisa fundamental e que está exemplificada aqui. Além das empresas, estou agradavelmente surpreso de ver que as organizações de classe e toda a burocracia pública de fato assumiram a idéia de que um objetivo fundamental do País é elevar as exportações. Esse esforço do próprio Banco do Nordeste, essa nossa discussão aqui no sentido de engajar a Região é um belo exemplo disso. O próprio desempenho recente de exportações eu acho que resulta, em parte, de se ter um bocado de gente remando na mesma direção.

É claro que a guerra não está ganha; é evidente que o objetivo de US\$ 100 bilhões ainda é um objetivo importante e não está garantido sob nenhuma hipótese. E acho que aqui nós precisamos, para garantir esse atingimento, trabalhar em quatro direções. A primeira é meio difusa e, novamente, o evento de hoje é parte disso: nós temos que construir uma cultura de exportação. O Ministro Botofago falou isso, penso, no seu discurso de posse, muito apropriadamente; cultura de exportação é algo que nós temos que construir e acho que estamos indo nessa direção.

Segundo ponto: nós temos que construir e desenvolver novos instrumentos de política comercial. O seguro de crédito à exportação, o desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do tipo Proex, o desenvolvimento dos fundos de aval, dos fundos de garantia, o pré-embarque, o financiamento, o chamado ACC indireto, a promoção de exportações através de uma agência específica são instrumentos novos que nós estamos desenvolvendo e têm que ser transformados em instrumentos baratos, acessíveis e de massa.

Terceiro ponto: organizar as ações públicas. É inequívoco que, assim como o desenvolvimento é algo que se constrói, uma política comercial mais agressiva também tem que ser construída e tem que ser organizada. O próprio sentido da Câmara de Comércio Exterior, a Camex, que não pretende ser mais um entrave burocrático nem um grande departamento, muito pelo contrário, mas apenas uma forma, um *locus* de organizar e de facilitar uma lógica nas ações públicas, é exemplo disso.

E, finalmente, o último objetivo é trabalhar com o setor privado. Quem exporta é o setor privado, quem regula, financia, etc, é o setor público; e isso é

exatamente o conceito daquilo que estamos chamando Programa Especial de Exportações. As exportações brasileiras foram divididas em 55 setores, cada um desses setores terá um gerente indicado pelo setor privado, que vai se relacionar com gerências temáticas nas diversas áreas relevantes do comércio exterior, que serão, aí sim, exercidas pelo setor público. O que nós estaremos fazendo é um trabalho matricial bastante leve e, espera-se, bastante eficiente (eu acredito que será), no sentido de conhecer com mais detalhe e fracionar essa meta mobilizadora dos US\$ 100 bilhões por setores e por período; e levantando, aí sim, em cada um desses setores quais são obstáculos superáveis que possam ser trabalhados para o atingimento dessa meta.

A soma de todos esses argumentos me faz concluir em três pontos. Vamos relembrar: primeiro, a elevação acelerada das exportações é condição fundamental para a passagem do crescimento sustentável; segundo, essas mudanças no paradigma produtivo (as condições de produção no Brasil estão numa direção tal que essas metas me parecem perfeitamente atingíveis); terceiro, há muito o que se construir ao nível dos instrumentos, da organização, das ações públicas no trabalho conjunto do setor privado.

A última observação – e se eu tinha alguma dúvida deixei de tê-la hoje de manhã, ao verificar aqui o trabalho competente do pessoal do Banco do Nordeste, sua participação e sua forma de ver, exatamente, a participação da Região no chamado Programa Especial de Exportações – é a certeza de que essa nova geografia econômica, esses novos instrumentos e esse aumento na taxa de investimentos estão fazendo e farão com que o Nordeste possa dar, pelo menos, a contribuição média, e eventualmente até acima da média, desse programa como um todo, pelo fato de estar começando efetivamente a usufruir um conjunto de transformações que me parece importante. É isso que eu queria colocar para vocês. Queria de novo dizer da minha absoluta convicção de que nós temos uma meta difícil, mas absolutamente factível; e nós vamos trabalhar para conseguí-la. Muito obrigado.

Botafogo Gonçalves

Obrigado, Dr. José Roberto Mendonça de Barros. Obviamente, não vou repetir nem resumir o que ele disse. Apenas lembrar que, com relação à integração latino-americana, na próxima semana os governos brasileiro,

paraguaio, uruguaio e argentino estarão reunidos em Buenos Aires para mais um encontro de cúpula do Mercosul. Muitos dos temas que aqui discutimos vão encontrar a sua tradução nesse esforço cooperativo. Estamos caminhando rapidamente na definição de um regime automotivo comum e esperamos avançar, pelo menos dessa vez, na definição de uma política no campo do açúcar. Nós estamos tratando de temas novos no Mercosul, que refletem essa nossa vocação, não só do Brasil mas do Mercosul, de *global trade* a que se referiu o Dr. José Roberto, em termos de distribuição equilibrada dos mercados exportadores e importadores; e estamos buscando definir políticas comuns na área de serviços, sobretudo de serviços profissionais, mas também serviços financeiros; na área de compras do governo, de maneira a criar cada vez mais uma sinergia e uma preferência, vamos dizer, do mercado do Mercosul, de maneira que os investimentos nacionais e, sobretudo, estrangeiros venham encontrar no Mercosul uma plataforma para produzir em nível de qualidade e competitividade mais do que regional, mundial.

Todos os investidores, hoje, procuram enquadrar os seus projetos de maneira estratégica, não só olhando a reserva de mercado que lhes foi garantida por medidas artificiais de proteção ou por modelos de economia fechada, mas avaliando a capacidade daquela plataforma de lhe permitir alcançar mercados que vão muito além dos limites geográficos daquela plataforma.

Com relação ao novo paradigma de produção a que também se referiu o Dr. José Roberto, eu queria apenas ilustrar – pois é sempre bom trazermos um caso específico – citando o exemplo que nos foi apresentado hoje pelo Dr. Byron, do Banco do Nordeste, de uma empresa do Nordeste que produz calçados de segurança – portanto um produto diferenciado, não é calçado comum, é um segmento específico, uma linha particular que eu nem sabia que existia – e que já obteve certificação do ISO 9002. Este é um exemplo que ilustra toda essa apresentação que o Dr. José Roberto fez. A empresa está no Nordeste, tem tecnologia, tem categoria de qualidade internacional, com certificação reconhecida, é um produto diferenciado e está atuando com capacidade exportadora, através da mobilização que o crédito do Banco do Nordeste permite ao longo da cadeia produtiva. Então, é um exemplo, ainda que pequeno, altamente ilustrativo dessa apresentação feita pelo Dr. José Roberto. Vou dar a palavra, agora, ao ministro Pedro Parente.

Pedro Parente

Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer, em nome do ministro Pedro Malan, a oportunidade de estar hoje aqui neste evento. Estamos numa mesma família – o Banco do Nordeste faz parte da família do Ministério da Fazenda – e me cabe aqui hoje o papel – para utilizar uma palavra em voga – de focar a nossa discussão no Nordeste. Vou fazer isso usando o material que o próprio Banco do Nordeste fez, de forma muito competente, e que eu espero vai me permitir situar o Nordeste neste esforço que é uma verdadeira obsessão, por todas as razões que mencionou o professor José Roberto Mendonça de Barros.

Quero começar chamando a atenção para o título do nosso painel de hoje: O Novo Padrão de Desenvolvimento – que o professor José Roberto chamaria o novo paradigma de produção ou novo paradigma produtivo – e o Programa de Promoção das Exportações do Nordeste, porque, com muita razão, estas coisas estão absolutamente ligadas. O professor José Roberto já falou dos três eixos do novo paradigma de produção e eu gostaria de lembrar outros aspectos, outra forma de apresentar os eixos que ele mencionou.

Toda a produção, hoje, se baseia em novas tecnologias de produto e processo; se baseia muito no capital humano, na qualidade da gestão empresarial, no foco no cliente – disse o professor José Roberto –, na produção integrada com fornecedores e compradores, enfim, numa série de novos conceitos que são absolutamente fundamentais. E por que são fundamentais? Porque geram competitividade, porque melhoram a nossa capacidade de produzir a preços mais baixos e com melhor qualidade; e isso é fundamental para exportar.

Portanto, se temos a vontade, o desejo e a necessidade de aumentar as exportações, e se temos uma necessidade ainda maior de fazer isso no Nordeste, é fundamental que possamos melhorar as nossas condições de competitividade aqui na Região; e para isso precisamos trabalhar todas essas questões que fazem parte deste novo padrão de desenvolvimento ou do novo paradigma de produção.

Mas, como é que estamos em relação às exportações no Nordeste? Pretendo dividir essa parte da minha apresentação em três seções: primeiro, vou falar um pouquinho dos antecedentes, em seguida, dizer como se situa o Nordeste em relação ao Programa Especial de Exportação; e terminar, como não poderia

deixar de ser, fazendo uma conclusão, que me parece da mais absoluta importância.

Com relação aos antecedentes, eu gostaria de lembrar que o Nordeste tem 30% da população nacional e participa com 15,9% do PIB brasileiro. O coeficiente de exportações do Nordeste é baixo: cerca de 3% do seu PIB, enquanto o do País é de 7,5% do PIB, o que evidentemente demonstra que a produção nordestina é mais voltada para o mercado interno, regional e extra-regional, do que para o mercado externo.

Por outro lado, se olharmos a pauta de exportações brasileiras, vamos ver que o crescimento obtido decorreu, basicamente, de produtos manufaturados, o que fez com que existisse uma concentração das políticas de estímulo à exportação exatamente onde se concentrava a produção de manufaturados no Brasil, que foi nas regiões Sul e Sudeste.

Com tudo isso, o Nordeste vem historicamente perdendo posição relativa nas exportações brasileiras. Já alcançou, em 1960, 19,52% das exportações, com 247 milhões de dólares, mas em 1998 a projeção é que não exporte muito além dos 7%, ou seja, cerca de 4 bilhões de dólares. E é importante notar também que este patamar de 4 bilhões de dólares já foi alcançado em 1995; ou seja, nos últimos anos, o Nordeste tem mantido mais ou menos este mesmo nível de exportações e, como as exportações brasileiras no período têm crescido, o que aconteceu é que mesmo no período recente, de 1995 a 1998, a participação nordestina nas exportações totais brasileiras caíram de 9,2% para 7%, conforme eu já mencionei.

Como é que está o Nordeste em relação ao Programa Especial de Exportações? Em primeiro lugar, é importante mencionar que, tendo em vista, exatamente, a necessidade de termos, instalados na Região, empreendimentos que atendam a este novo padrão de desenvolvimento, e que, portanto, possam ser sustentáveis, possam durar ao longo do tempo, possam ser rentáveis e trazer resultados, o Banco do Nordeste tem feito um trabalho muito grande de sensibilização e mobilização dos setores exportadores da Região.

Foram feitas diversas reuniões, diversos seminários, reflexões sobre as possibilidades desses empresários, dessas empresas expandirem suas exportações

na Região; e é curioso notar que, numa dessas reflexões, três problemas que foram apontados como os problemas mais fundamentais não diferem muito daqueles levantados no resto do País. Esses três problemas foram: escassez de crédito para capital de giro, oneração tributária e burocracia e escassez de crédito para investimento.

Sobre oneração tributária e burocracia, o professor José Roberto já mencionou a necessidade de complementar o trabalho que foi feito em relação a desoneração das exportações com a realização de uma nova etapa de reforma tributária, na qual um dos objetivos fundamentais é, exatamente, o de desonerar a produção nacional.

É importante mencionar que este trabalho todo que o Banco do Nordeste hoje realiza está de acordo com a metodologia do Programa Especial de Exportação, que é coordenada pela Camex, na qual o grande impulsionador é, como já disse o professor José Roberto Mendonça de Barros, o setor privado. De forma que estamos utilizando o Banco do Nordeste como elemento catalisador para que possa, ao mobilizar o setor privado, fazê-lo agir de forma organizada e com visão de futuro. A visão de futuro também é fundamental. Um dos caminhos utilizados, como foi aqui apresentado, é a fixação de uma meta que parece ambiciosa, mas não impossível, e o governo funcionando apenas como um parceiro e um facilitador na solução dos gargalos identificados.

O Programa Especial de Exportação levantou 55 setores para efeito de estímulo. É importante mencionar que, dos 55 setores, 23 são expressivos no Nordeste. Esses 23 setores respondem por cerca de 90% das exportações da Região, mostrando que a escolha de setores do Programa Especial de Exportação foi bastante feliz, pelo menos no que diz respeito ao Nordeste, porque conseguiu reunir, nesses setores, aqueles que, na Região, são responsáveis por mais de 90% das suas exportações.

Quais têm sido os fatores relevantes para aumentar as exportações nordestinas? Em primeiro lugar, o estímulo à associação e à organização das cadeias produtivas; uma melhora na logística, que, evidentemente, ainda é pequena, mas é fundamental que prossiga; uma melhor articulação entre entidades públicas e privadas; a desoneração tributária, que foi obtida com a lei Kandir; o incentivo à participação em feiras internacionais; e a busca e

identificação, para a sua melhor exploração, das vantagens comparativas da produção regional.

É importante mencionar que existem outros setores que não foram incluídos no Programa, mas que também são importantes, possivelmente apresentam grande potencial de exportação e que serão igualmente mobilizados. Naturalmente, isso se dará fora do escopo do Programa Especial de Exportação, mas isso não quer dizer que eles devam ser abandonados. Eles podem ser trabalhados de forma regional, porque são setores que têm mais ligação com as particularidades da Região.

O que nós poderíamos apresentar como conclusão ou como enfoque final dessa nossa discussão? Em primeiro lugar, é importante lembrar que nenhum programa de exportação poderá ser bem sucedido se nós não fizermos uma seleção de setores. Essa seleção é fundamental porque sem ela nós poderemos estar perdendo ou desperdiçando recursos. Isso não quer dizer que outros setores não devam ser estimulados, mas devem sê-lo de forma a direcionar sua produção para o mercado nacional.

Outro aspecto fundamental é que este trabalho do Banco do Nordeste precisa continuar, uma vez identificados os setores a serem incentivados, e ele está fazendo isto, através da mobilização e sensibilização em todos os estados e da articulação com instituições como o Sebrae, Federações de Indústrias, BNDES, CNI, associações de exportadores etc. Este trabalho do Banco do Nordeste é absolutamente fundamental, por conta desta conclusão que agora apresento: de fato, é necessário que seja feito, para esta Região, um esforço diferenciado. E esse esforço diferenciado é essencial, porque se não haverá uma nova redução na participação relativa nordestina, pela baixa capacidade do setor exportador da Região de se organizar e se mobilizar.

Nesse ponto, quero chamar a atenção para um último aspecto, deixá-lo como mensagem final e, nesse sentido, louvar uma vez mais a ação do Banco do Nordeste: para que os empresários da Região possam de fato produzir atendendo a um novo paradigma produtivo e tendo condições de exportar, é absolutamente fundamental a capacitação. Por isso é que, como disse, é louvável a ação do Banco do Nordeste, pois dentre os produtos que oferece, com absoluta prioridade e grande senso de importância, está a capacitação, com a certeza de que, sem dar

condições aos empresários, às entidades de classe, de entenderem o que está se passando, de conhecerem novas técnicas de produção, não será possível atender a este apelo e, mais do que apelo, a esta demanda que se coloca não só pelo País mas também pela Região. Muito obrigado a todos pela atenção.

Botafogo Gonçalves

Muito obrigado, ministro Pedro Parente. Eu chamaria atenção para dois aspectos do pronunciamento do ministro, ao descrever em mais detalhes a estrutura de apoio às exportações. Em primeiro lugar, esse assunto não se resolve com programas de impacto, com pacotes, com efeitos especiais. Talvez haja, num primeiro momento, uma certa decepção. Eu, por exemplo, tenho sido questionado por muitos interlocutores, tanto do setor privado quanto da imprensa, sobre que medida, finalmente, está se tomando em relação à promoção de exportações, como se isso pudesse ser respondido com uma palavra mágica, um golpe publicitário; no passado, quem sabe, isso se fez com muita frequência, com os famosos pacotes que procuravam soluções através de um impacto explosivo.

Na verdade, esse esforço, pela primeira vez, é um esforço coordenado entre todos os setores públicos envolvidos, entre todos os representantes da cadeia produtiva, de setores empresariais e, sobretudo, calcado no executante final da exportação, que é o setor privado. Em outras palavras, penso que esses dois elementos se traduzem num esforço que requer, mais que inspiração, que transpiremos muito. Transpiração hoje é mais importante do que inspiração. Dou a palavra agora ao professor Luciano Coutinho.

Luciano Coutinho

Quero agradecer ao Banco do Nordeste a oportunidade de participar deste evento e dizer que a minha palestra se resumirá mais a um comentário, dado que as exposições precedentes esgotaram vários dos aspectos que eu queria abordar. Certamente eu gostaria de sublinhar um ponto inicial: há hoje um consenso muito amplo e muito coeso com relação à prioridade das exportações, do caráter crucial de um desempenho exportador dinâmico para o Brasil. Sair do cenário Caaetê, onde nós estaríamos, e migrar para o cenário Abatiapé, que seria magnífico – depende, como já foi dito aqui, crucialmente, do desempenho exportador brasileiro. Esse desempenho é a linha divisória que permitirá à economia avançar,

reduzindo o grau de vulnerabilidade, criando empregos e superando a restrição externa.

Essa é a linha em torno da qual há um amplo consenso; e é muito precioso esse consenso, porque permite não só que o governo e o setor privado se articulem, mas que a sociedade também reduza o nível de resistência política ou o nível de resistência às ações necessárias para articular esse processo na direção de criar uma cultura de exportação, uma cultura que valorize a exportação. Isso é muito importante. Havia no passado uma certa resistência até ideológica à questão da exportação, entendendo-se que a exportação "roubava" do mercado interno. Havia uma concepção atrasada com relação a isto, que está superada; e este é um ponto importante.

Dito isso, e como nós estamos num evento do Banco do Nordeste, falando sobre as exportações nordestinas, eu queria me valer das palavras finais do ministro interino Pedro Parente para sublinhar que o desafio, no caso do Nordeste, de alavancar e fazer crescer suas exportações é imensamente maior do que o desafio nacional, que já é um desafio magno, de dobrar as exportações para US\$ 100 bilhões até o ano 2002. No caso do Nordeste, esse desafio é ainda mais difícil.

Por um conjunto de razões históricas, o desenvolvimento da estrutura produtiva nordestina, nos últimos anos, não só fez com que se reduzisse o peso das exportações nordestinas nas exportações nacionais – o Pedro Parente chamou a atenção para isso: o Nordeste, que já pesou quase 20% das exportações brasileiras, pesa hoje apenas 7% e tem perdido espaço no período mais recente –, como tornou a pauta de exportações nordestinas limitada a poucos produtos, com um baixo grau de diversificação.

Quando olhamos esses produtos, vemos que há, primeiro, um resíduo daquela exportação tradicional dos anos 50 e 60 – é ainda o álcool, o açúcar, o complexo sal, o complexo cacau, que está decadente –, à qual se agregou a leva de *commodities* que foi construída nos anos 70 e, em parte, nos anos 80, o ciclo do II PND, onde estão alguns investimentos de celulose no sul da Bahia, a petroquímica no Pólo de Camaçari, o projeto Carajás. Esses foram grandes projetos que dotaram o Nordeste de uma capacidade extra de exportação.

De lá para cá, quase nada de novo se agregou à capacidade exportadora nordestina; e muito do que havia da indústria tradicional, de têxteis, de alimentos etc, na qual o Nordeste sempre teve alguma representação na estrutura nacional, isso se perdeu em termos de capacidade exportadora. Daí se explica a razão pela qual o Nordeste tem perdido peso. É que essas *commodities*, na verdade, recentemente têm tido problema com preço e não têm apresentado um desempenho tão bom.

A única novidade auspiciosa que o Nordeste teve foi a fruticultura irrigada, que é uma promessa importante, mas que não passa ainda de 250 a 300 milhões de dólares de total de exportações. Nós certamente poderemos ampliá-las. Há uma outra novidade também importante, que é o turismo. O turismo pode ser um gerador importante de divisas. Não é uma exportação tradicional, mas nós temos que entendê-lo como um processo de exportação. Assim colocado, há um desafio, portanto, de ir além deste processo. Como criar e induzir novas oportunidades? E, no caso do Nordeste, esse é um processo mais difícil.

Há três tipos de ações organizadoras, dentro daquelas linhas colocadas aqui: uma diz respeito à criação e à integração de externalidades favoráveis, desde a infra-estrutura de portos, de transportes, de energia, de telecomunicações etc, que está sendo realizada dentro de vários programas (no caso do Nordeste, estes investimentos continuam sendo fundamentais). Eu agregaria a isso o ponto já levantado aqui, de como organizar e estruturar as cadeias todas, da sua base até a sua inserção nos mercados externos (e aqui há uma série de fragilidades nas várias cadeias nordestinas que são maiores do que as fragilidades das cadeias similares no sul do País). E há, em terceiro lugar, uma maior debilidade dos processos de aprendizado tecnológico (a dinâmica tecnológica mínima, necessária para não só exportar mas continuar agregando valores mais sofisticados e conseguir avançar e diversificar produtos, diferenciar produtos, é algo que é mais carente aqui na Região).

Nós estamos concluindo uma série de estudos (uma parte do Sebrae, outra parte do Banco do Nordeste) a respeito desses processos, os quais teremos satisfação de encaminhar ao secretário da Camex tão logo estejam concluídos. Estamos tentando identificar os pontos de debilidade de determinadas cadeias e mostrar também como às vezes os processos de aprendizado são relativamente frágeis; às vezes existe até uma rede, uma interação, mas o aprendizado não é tão

intenso; outras vezes o potencial de aprendizado é alto, mas a interação inexistente, porque muitas vezes a própria absorção de investimentos recentes não tem sido focalizada com a intenção de formar *clusters* virtuosos; às vezes o investimento (principalmente o investimento, por exemplo, de calçados ou de algumas outras indústrias intensivas em trabalho que vêm sendo atraídas) vem sendo pulverizado em vários municípios sem formar economias de aglomeração mais indutoras de processo de aprendizado.

Não obstante, eu creio que o Nordeste, embora se defronte com esse imenso desafio, não pode ficar fora do esforço de exportação, sob pena de perder ainda mais oportunidades. Acredito que o Nordeste tem, sim, oportunidades importantes; oportunidades que ultrapassam em muito os setores que estão colocados no Programa.

Há um bloco de setores de *commodities* importantes e que têm recebido, recentemente, investimentos relevantes do setor privado, como papel e celulose e petroquímica, que são setores de produtos voltados em parte para o mercado externo; há também uma parte da indústria química de base não petroquímica e, ainda, o complexo Carajás, de mineração e metalurgia. Esses setores podem melhorar o seu desempenho; acho que há uma chance de que eles continuem crescendo e seria preciso acelerar a expansão de suas exportações. São setores de grande empresa, são setores sensíveis ao tipo de medida colocada aqui, de incentivo financeiro à exportação etc. Existe também, certamente, uma possibilidade de ampliar o potencial de exportação da fruticultura irrigada e o governo federal tem um programa importante nessa direção.

Mas eu apontaria, agora, alguns outros setores para os quais seriam necessárias ações de coordenação da cadeia produtiva, ações mais articuladas para alavancar o potencial de exportação. Por exemplo, o complexo têxtil e de confecções do Nordeste, que é importante e que poderia ter muito mais relevância, inclusive com a criação de uma linha nova de têxteis mistos, de algodão com sintético, para exportação. Existe a possibilidade de imaginar muito mais no setor de confecções e no próprio setor de calçados. Esses setores receberam investimentos recentes, no Nordeste, mas eles têm focado o mercado regional e, até em pequena escala, o próprio mercado do Sul. Entendo que esses setores poderiam ser induzidos a empreender programas agressivos de exportação.

Outro setor no qual o Nordeste tem muita tradição e poderia avançar muito em matéria de exportação é o de alimentos industrializados. Vejo aí não apenas sucos, conservas, etc: vejo também, por exemplo, nichos selecionados da indústria mecânica, em vários segmentos nos quais o Nordeste tem excelência; e vejo vários dos segmentos da chamada indústria de minerais não metálicos; dentre eles, além de mármore e granitos (os mais conhecidos), estão as indústrias de cerâmicas e gessos e de outros materiais de construção. Isso para citar indústrias já tradicionais no Nordeste. São indústrias sobre as quais o Nordeste já teve excelência nos anos 50 e 60; há ainda uma certa cultura industrial, mas houve perda de posição no mercado nacional. Isso para não falar, também, do próprio setor de açúcar e álcool, que está tendo, aliás, um belíssimo desempenho este ano com preços favoráveis, mas que poderia também pensar em desempenhos mais agressivos.

Imagino, entretanto, que deveríamos sonhar no Nordeste com setores mais sofisticados, de alto valor agregado. O Nordeste já tem alguma presença na exportação, por exemplo, de serviços de *software*. Não há por que não alavancá-los ainda mais. Não há por que não imaginar, também, nichos no setor de material de transportes que podem ser estimulados, nas suas várias modalidades; não só na indústria de automóveis, que eventualmente pode estar prejudicada com a crise das empresas coreanas, mas poderíamos pensar em embarcações de pequeno porte, por exemplo.

Para complementar, há ainda um outro esforço que eu gostaria de mencionar, relacionado com a necessidade de diversificar a pauta das exportações nordestinas: existem cadeias de pequenas empresas nas quais é possível imaginar um programa de exportação, embora, obviamente, os resultados quantitativos dessas cadeias não sejam de escala tão relevante. Por exemplo, há toda uma área de produção de mel no Piauí que já está começando a exportar com sucesso; e existem possibilidades de exportação de subprodutos de açúcar, de artefatos de madeira e de pedras preciosas.

O que eu diria, para encerrar, é que é necessário, no caso do Nordeste, muito mais do que simples programas de balcão, indiferenciados, do Banco do Nordeste ou do Sebrae. Esses programas são absolutamente indispensáveis, mas são necessários novos programas setoriais integrados, articulados por cadeias que ampliem o tamanho e a abrangência do financiamento à exportação e reduzam

seu custo. Progressivamente, o governo vem se movendo nessa direção e os financiamentos têm-se ampliado, embora eu ache que eles precisam triplicar ou quadruplicar, para chegarmos aos níveis desejados pelo programa de dobrar as exportações.

No caso do Nordeste, é imprescindível montar programas setoriais integrados de exportação por cadeias. E esses programas não devem ser, certamente, programas pesados, que envolvam grandes investimentos públicos, mas são absolutamente necessários porque eles precisam diagnosticar corretamente, atacar os pontos de debilidade e produzir economias de aglomeração, *clusters* que possam gerar processos de aprendizado. É necessário ter uma dinâmica tecnológica mínima, endógena, de aprendizado, para poder levar adiante a criação de produtos, a diferenciação de produtos.

Nesse sentido, aqui é também necessário um pouco de política federal. Eu já disse em outra oportunidade que é muito importante que o governo restabeleça uma coisa que foi cortada no pacote de novembro do ano passado, que são os incentivos fiscais da Lei 8.661. Aliás, esses incentivos deviam ser não só restabelecidos mas aperfeiçoados. Todos os países desenvolvidos e países em desenvolvimento têm programa de desenvolvimento tecnológico com incentivos fiscais, porque a atividade tecnológica é de alto risco, de alta incerteza, sendo necessário que exista um incentivo para diluir esses processos de incerteza.

Enfim, não quero me alongar. Vejo que esses processos, no caso do Nordeste, precisam ser induzidos de maneira mais enfocada, mais articulada; isso coloca um desafio muito grande para o Banco do Nordeste, para a Sudene e para o empresariado do Nordeste, particularmente para o empresariado nos setores onde pequenas e médias empresas predominam, o que exigirá um grande esforço de associativismo para poder chegar ao mercado externo, o que não se obtém sem marca, sem marketing no exterior ou sem conhecimento dos mercados. Esse é um processo importante, que joga um desafio muito grande para o empresariado e para as entidades do Nordeste.

O novo eixo de desenvolvimento do qual o Nordeste não pode se distanciar, a exportação, requererá um esforço e uma criatividade ainda maiores do que toda a criatividade e todo o esforço já despendidos para industrializar o Nordeste, desde os anos 50 até hoje. Muito obrigado.

José Botafogo

Muito obrigado, professor. Eu apenas acrescentaria aos seus corretíssimos comentários que, no caso dos exemplos infelizmente mal sucedidos no Nordeste, com relação ao algodão, ao cacau, à cadeia produtiva sucroalcooleira, não se pode daí deduzir que são casos passados. Provavelmente, eles constituem uma boa ilustração de que as políticas que se desenvolveram a seu tempo, nesses setores, não estavam enfocadas dentro da cadeia produtiva; e, portanto, tenho a sensação de que pode haver uma grande recuperação da presença desses setores tradicionais na economia e na exportação, se colocados dentro do enfoque moderno a que todos os palestrantes já se referiram, de examinar a cadeia produtiva desde o algodão até a sua concepção e venda no mercado final.

Um segundo elemento sobre o qual eu sei que não há divergência na mesa, mas cito apenas para chamar a atenção do público, é que talvez ainda exista uma tendência a considerar agricultura ou *agrobusiness* como atividade de baixo valor agregado. Não necessariamente é assim. E certamente hoje, com a evolução tecnológica, há uma convergência entre atividades agrícolas, entre *commodities*, entre a seleção de sementes, entre a qualidade genética e a alta tecnologia. De maneira que estamos nos afastando desse temor de que investir em agricultura ou em *agrobusiness*, no fundo, represente fazer uma alternativa entre exportação de baixo valor agregado e exportação de alto valor agregado. O mundo inteiro demonstra que essa não é a verdade.

Eu morei muitos anos na Itália e sei que uma pequena regiãozinha do Vale do Pó produz o famoso queijo parmesão, que evidentemente é um produto agrícola como qualquer outro, mas tem altíssimo valor agregado simplesmente porque tem alta tecnologia embutida na sua produção, tem diferenciação do consumo; um queijo pode ser tão bom quanto outro, mas o consumidor quer ralar o queijo parmesão e não quer ralar um similar equivalente.

O Nordeste, certamente, não explorou ou o País não esgotou a possibilidade de dar ao Nordeste a oportunidade de ser um parceiro importante na área da agricultura e do *agrobusiness*, com alto valor agregado, da mesma maneira como estamos vendo agora na introdução da soja como elemento importante na produção de exportação do Nordeste.

Com essas palavras, eu agradeço essa iniciativa do Banco do Nordeste, agradeço aos painelistas aqui presentes, que ilustraram magnificamente este tema, agradeço de modo particular ao presidente Byron e, dado ao adiantado da hora, dou por encerrada a sessão. Muito obrigado.

Mestre de cerimônia

Em nome do Banco do Nordeste, agradecemos a presença de todos, solicitando que permaneçam no auditório, a fim de que possamos dar início, em seguida, à solenidade de encerramento do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e do III Encontro Regional de Economia.